

Peso do pacote é cada vez maior no orçamento

Além de CPMF, Cofins e INSS do servidor público, governo elevou IOF para seguros e mudará aposentadoria, aumentando o impacto nas contas domésticas a cada medida

REGINA PITOSCIA
e ROSANGELA DOLIS

É cada vez maior a parcela do orçamento doméstico que está sendo comprometida pelo programa de ajuste fiscal do governo. A conta está crescendo a cada divulgação de medidas e pode ficar ainda mais alta. Tudo indica que as autoridades econômicas preferiram retirar parte dos itens inicialmente cogitados para integrar o pacote com o objetivo de aliviar o seu impacto.

A elevação de 90% na alíquota de CPMF, que deve subir de 0,20% para 0,38%, vai engolir uma fatia maior do dinheiro do correntista; o aumento da alíquota de contribuição à Previdência Social vai beliscar uma parcela expressiva do bolso do funcionário público; a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) pode resultar em aumento de tarifa ou de taxa de juros para os clientes; a elevação do IOF sobre seguros será repassado diretamente a quem comprar uma apólice de vida, de carro ou de qualquer outro tipo.

Quando - Esses aumentos não são imediatos: alguns deles, como o do INSS para o funcionalismo e o da Cofins para os bancos, devem ocorrer em 1.º de fevereiro de 1999; o do IOF sobre os seguros, em 1.º de janeiro. Já

a data de aumento da CPMF ainda não está inteiramente definida. O que se sabe é que a atual alíquota, de 0,20%, tem validade até dia 22 de janeiro. Não está certa também data para vigorar a alíquota de INSS mais alta para inativos do setor público.

Mas, para entrar em vigor, essas medidas ainda terão de passar pelo crivo do Congresso.

Além desse impacto, o programa de ajuste deve trazer outras consequências, igualmente preocupantes.

Outros efeitos - A carga tributária mais pesada (IOF, Cofins, CPMF) sobre uma economia que já se apresentava travada com a permanência das taxas de juros em níveis altos tende a acentuar o processo de recessão, com aumento do desemprego. Até porque as taxas devem cair de forma gradual. Com o dinheiro mais curto, em decorrência de imposto maior, e das taxas proibitivas no crédito, o consumidor gasta menos, o comércio reduz as encomendas à indústria, a indústria põe um freio à produção e demite. Isso torna-se um círculo vicioso e aprofunda a crise.

A expectativa é que a situação será difícil no primeiro trimestre do ano (há quem acredite que o período é mais longo, o

do semestre todo). Mas, diante dessa perspectiva nada otimista, é conveniente passar a administrar as finanças com mais rigor. O orçamento deve ser cuidadosamente analisado para identificação dos gastos que podem e devem ser cortados ou adiados.

Natal mais magro - Por mais um ano, o Natal deverá ser modesto: faça uma lista dos presentes indispensáveis e dê preferência para pequenas lembranças.

Não compre se isso significar a necessidade de contrair algum tipo de financiamento, como cheque especial, rotativo do cartão ou crédito pessoal. As taxas giram entre 8% e 13% ao mês, níveis que dificultam o acerto das finanças depois.

O 13.º salário deve ser usado para pagar dívidas ou, para quem está numa situação um pouco mais confortável, para a formação de uma reserva financeira. Tente resistir às tentações de gastar antecipadamente o abono natalino com as várias promoções oferecidas por magazines, concessionárias de carros etc.

Ao reservar esse dinheiro numa aplicação, além de contar com mais garantias para a travessia de um período mais turbulento, o assalariado estará remunerando seu capital por taxas de juros elevadas.

Além da perspectiva de desemprego e da redução do orçamento, é preciso lembrar que na virada do ano existe uma lista de despesas que vão pesar, como pagamento de IPVA, IPTU, compra de material escolar e uniformes, etc.

Portanto, a reserva financeira tende a ser útil tanto para a cobertura desses gastos como para o controle da situação em caso de demissão

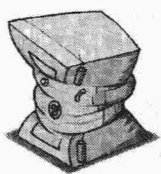
futura.

Mais mudanças - Na quarta-feira, o governo deve dedicar-se a apressar a votação da reforma previdenciária, que também faz parte do ajuste fiscal.

Entre as principais mudanças estão a troca do critério da concessão do benefício, que hoje é por tempo de trabalho, para tempo de contribuição; o homem deverá comprovar 35 anos de contribuição, e a mulher, 30 anos; a exigência de idade mínima para quem optar pelo regime de transição; a restrição à aposentadoria especial; e a extinção da aposentadoria proporcional para quem ingressar na Previdência Social a partir das reformas.

Na regulamentação da reforma, deverá ocorrer uma outra e importante alteração: o benefício deixa de ser calculado com base nas últimas 36 contribuições para ser calculado sobre as contribuições feitas pelo segurado ao longo de toda a vida.

VOTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA SERÁ 4.ª FEIRA



DEFENDA O SEU BOLSO

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Haverá redução da renda e insegurança em relação ao emprego. Ativos começam a pagar contribuição previdenciária maior em fevereiro e inativos, a partir de junho, provavelmente. A alíquota será de 11% até salários de R\$ 1,2 mil e de 20%, sobre a faixa que exceder R\$ 1,2 mil. Leis complementares enviadas ao Congresso na quinta-feira prevêem demissão por excesso de quadro, quando a folha de pagamento comprometer mais de 60% da receita, e novas contratações pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

Como driblar

✓ Será preciso fazer um ajuste no orçamento, para absorver essa despesa a mais e possibilitar a formação de uma reserva financeira para o caso de desemprego

IMPORTADOS

Embora o governo não tenha anunciado aumento das alíquotas de importação nem mesmo de produtos supérfluos no pacote, não é impossível um aumento no preço desses artigos. Isso porque o governo anunciou medidas que vão dificultar o trâmite dessas importações, entre elas, a necessidade de um certificado que comprove que o produto está de acordo com as normas técnicas nacionais

Como driblar

✓ Na medida do possível, substituir o importado por produto nacional. Vale a pena também pesquisar preços nas diferentes lojas

BANCO

A CPMF maior representa um aumento nos custos dos bancos, assim como a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) a partir de fevereiro. As despesas com esses encargos tendem a ser repassadas ao cliente, na forma de juros mais altos e tarifas de serviços mais elevadas

Como driblar

✓ Correntistas devem evitar empréstimos bancários e o cheque especial. Devem também racionalizar a movimentação da conta bancária, para evitar excesso de tarifas

TRIBUTOS

Imposto de Renda - governo não anunciou a prorrogação da alíquota de 27,5% aplicada na tabela de desconto na fonte sobre rendimentos acima de R\$ 1,8 mil até dezembro de 1999. Mas isso não significa que em janeiro de 2000 a alíquota volte a 25%, como previsto em lei atual. O governo tem prazo até dezembro de 1999 para fazer a prorrogação

IOF - também não foi anunciado nenhum aumento de alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente na remessa de moeda estrangeira por administradoras de cartões de crédito para cobrir despesas de associados no exterior. Hoje essa alíquota é de 2%. Ela ainda poderá ser revista na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) esta semana

RECESSÃO

A política de juros altos, de aumento de impostos e de corte de despesas do governo é considerada recessiva e deve levar à diminuição da atividade econômica, à queda de renda dos trabalhadores e ao desemprego

Como driblar

✓ É preciso fugir dos financiamentos, fazer ajustes no orçamento doméstico, pagando dívidas, cortando despesas, e formar uma reserva financeira para estar preparado em caso de demissão ou de perda de renda

SEGURO

Será elevado em janeiro para 6% o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado na contratação de apólices. Hoje, esse imposto é de 2%, no seguro de vida, e de 4%, no de carro e casa

CPMF

Total pago de CPMF deverá ter aumento de 90%: alíquota deve subir de 0,20% para 0,38%, a partir do ano que vem. Alíquota atual vale até 22/1/99. Desconto ocorre sempre que sai dinheiro da conta corrente. Para quem tem salário de R\$ 5 mil, por exemplo, desconto no ano é hoje de R\$ 120; com a nova alíquota chega a R\$ 228

Como driblar

✓ Procure pagar compromissos com recursos recebidos de terceiros, evitando o pedágio na conta corrente

✓ Transforme contas individuais, em que há transferência, em contas conjuntas

✓ Use o DOC-D que permite transferência sem o imposto

✓ Prefira aplicações que vão ser menos prejudicadas pela CPMF, como cadernetas e fundos. Os CDBs serão mais afetados

JUROS ALTOS

Governo admite que a queda dos juros será gradual. Taxa real (acima da inflação) deve permanecer elevada por vários meses, mantendo pesado o custo de financiamentos e favorecendo o aplicador em renda fixa

Como driblar

✓ Só compre à vista, evite financiamento. Aplique o dinheiro e aproveite a boa remuneração para depois comprar, com pagamento integral e com desconto

APOSENTADORIA

Com a votação da reforma esta semana e provável promulgação até o dia 11, condições para obter o benefício vão ficar mais restritas. Após a promulgação, a regulamentação da emenda vai mudar a forma de recolhimento de assalariados, que terão contas individuais, e o cálculo do benefício, que deixará de ser feito com base nos salários de contribuição dos últimos 36 meses e usará contribuições feitas ao longo de toda a vida de trabalho

Como driblar

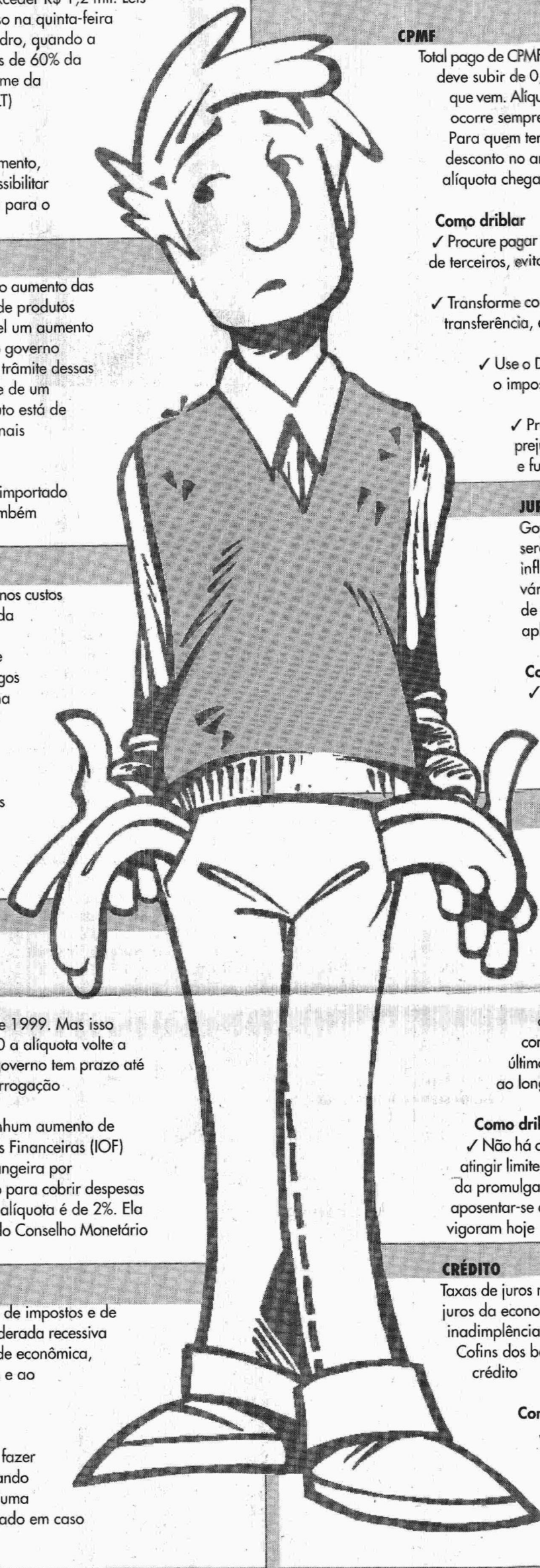
✓ Não há como escapar dos novos critérios. Quem atingir limites da lei atual para aposentadoria antes da promulgação tem direito adquirido e pode aposentar-se a qualquer momento pelas normas que vigoram hoje

CRÉDITO

Taxas de juros não devem cair no curto prazo, porque juros da economia vão continuar elevados e a inadimplência, alta. CPMF mais alta e cobrança de Cofins dos bancos também poderão encarecer o crédito

Como driblar

✓ Consumidor deve evitar compras a prazo e quitar dívidas que vêm sendo corrigidas por juros, como cheque especial e rotativo do cartão de crédito



TR/POUPANÇA

Dia	TR%	Dia	Poup. %
1/10	0,8892	1/11	1,3936
2/10	0,7490	2/11	1,2527
3/10	0,6767	3/11	1,1801
4/10	0,7982	4/11	1,3022
5/10	0,9716	5/11	1,4765
6/10	0,9295	6/11	1,4341
7/10	0,9324	7/11	1,4371

Outubro%	Ano %	12 Meses %
TR 0,8892	6,35	9,39
Poup. 1,3936	11,78	16,14

Taxas do 1.º dia de cada mês. Banco Central

TJLP

Jun./Jul./Ago.	10,63% ao ano
Set./Out./Nov.	11,68% ao ano

Taxa de juros de longo prazo. Banco Central

TR-FATOR/CARNÊS

Dia	Fator	Dia	Fator
31/10	0,00906715	5/11	0,00909535
1/11	0,00906715	6/11	0,00904345
2/11	0,00907187	7/11	0,00890334
3/11	0,00914788	8/11	0,00895103
4/11	0,00914294	9/11	0,00903351

Somente pagamentos no vencimento.

SUAS CONTAS

1 DE NOVEMBRO DE 1998

Bolsa SP

Índice Bovespa
Fechamento 6.º feira
7.047 pontos
Alta de 7,79%
Volume
R\$ 452 milhões

Bolsa Rio

IBV
Fechamento 6.º feira
23.949 pontos
Alta de 5,50%
Volume
R\$ 30.307 milhões

Dólar Black

Fechamento 6.º feira
Compra R\$ 1.240
Venda R\$ 1.260
Baixa de 0,79%

Ouro

BM&F
Fechamento 6.º feira
R\$ 11.390
Baixa de 0,70%

CDB pré

Taxa bruta de 6.º feira
31 dias (taxa ao ano)
33,53%
2,52% ao mês

INFLAÇÃO

Índices	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	No ano	12 meses
INPC (IBGE)	0,15	-0,28	-0,49	-0,31	-	2,13	3,16
IGPM (FGV)	0,38	-0,17	-0,16	-0,08	0,08	1,66	3,17
IGP-DI (FGV)	0,28	-0,38	-0,17	-0,02	-	0,94	2,83
IPA-DI (FGV)	0,17	-0,61	-0,04	0,06	-	0,15	2,54
IPC-DI (FGV)	0,41	-0,25	-0,52	-0,17	-	1,57	2,98
IPC (FIPE)	0,19	-0,77	-1,00	-0,66	-	-1,26	0,05
ICV (DIEESE)	0,05	-0,37	-0,89	-0,11	-	0,45	0,90
ICVM ORDEM	0,24	-0,75	-1,03	-0,66	-	-1,46	-0,39
IPCA (IBGE)	0,02	-0,12	-0,51	-0,22	-	1,42	2,27
IPCA-E (IBGE)	0,34	-0,11	-0,37	-0,44	-	1,63	2,45
CUB (Sinduscon)	0,68	0,02	0,26	0,01	-	3,78	4,95
INCC (FGV)	0,39	0,34	0,22	0,01	-	2,75	3,69
IPCE (PINI)	-0,04	-0,07	0,01	0,10	-	1,34	1,41
IPA-M (FGV)	0,38	-0,34	0,06	0,07	0,09	1,39	3,31

REAJUSTE DO ALUGUEL

Set.	Out.	Set.	Out.
IGPM (FGV)	1,0405	1,0347	1,0255
IGP (FGV)	1,0345	1,0283	1,0359
IPC (FIPE)	1,0073	1,0005	1,0113

Obs. Fatores válidos para contratos cujo último reajuste ou acordo ocorreu em um ano.

VALORES DE REFERÊNCIA

Indicadores	Mês	Valor R\$	IPTU	Ano	Multip. por
UFIR	Novembro	0,9611	Relativo a	92	3.951,8685
UFESP	Novembro	8,37	Obs.: A partir de 1.992 o lançamento do IPTU é feito em UFM ou UFIR.		
UFSP-SP	Novembro	45,80			
UPC	Novembro	16,18			

UT-SP	Bandeirada	R\$ 3,20	km rodado	R\$ 0,80
Talão Zona Azul	1 hora			R\$ 12,00
Salário mínimo	Novembro			R\$ 130,00

TR/TBF

Dia	TR%	DU	TR Pro-rata%	TBF%
23/10	0,8753	20	0,04358407	2,5196
24/10	0,8511	20	0,04238391	2,4950
25/10	0,9754	21	0,04623324	2,6213
26/10	1,0732	22	0,04853369	2,7207
27/10	1,0665	22	0,04823222	2,7139
28/10	1,1011	22	0,04978885	2,7490
29/10	0,9428	21	0,04469491	2,5882

DÓLAR

	Comercial R\$		Paralelo R\$		
Data	Compra	Venda	Compra	Venda	Ágio%
26/10	1,1903	1,1911	1,260	1,280	7,46
27/10	1,1915	1,1923	1,260	1,270	6,52
28/10	1,1914	1,1922	1,255	1,270	6,53
29/10	1,1914	1,1922	1,250	1,270	6,53
30/10	1,1922	1,1930	1,240	1,260	5,62

CÂMBIO TURISMO

Moeda	Compra*	Venda*
Dólar**	1,158	1,253
Dólar	1,160	1,235
Dólar/Ch. Viagem	1,165	1,208
Libra inglesa	1,917944	2,128918
Marco	0,694200	0,770562
Franco suíço	0,853682	0,947587
Franco francês	0,206998	0,229768
lêne	0,009799	0,010877

*Cotação de ontem em R\$. do B3. *Valor até R\$ 300,00.